

## RECIFE-ANGOLA: ALGUNS PERIÓDICOS

Recife-Angola: some periodicals

Francisco Soares  
 Universidade Federal do Rio Grande (FURG)  
 fmasoares2@gmail.com

## RESUMO

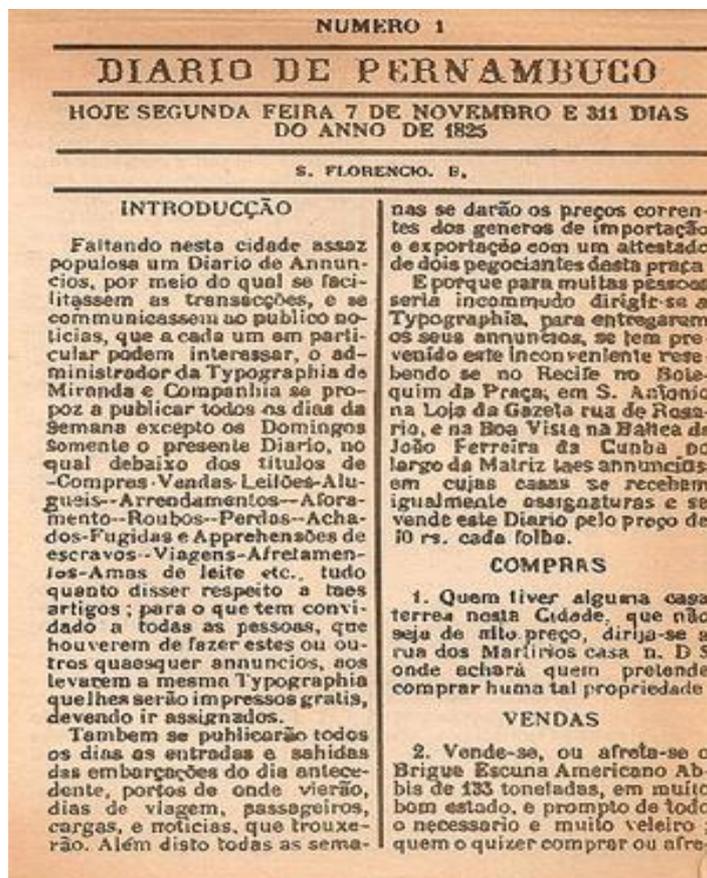
Levantamento sobre alguns periódicos anunciados no Recife, entre 1827 e 1849, e periódicos encontrados em Angola produzidos no século XIX. O levantamento visa contribuir para o estudo das consequências literárias e culturais das intensas relações comerciais entre Pernambuco e Angola no século XIX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Recife; Angola; periódicos; história cultural; cidades-porto.

## ABSTRACT

The investigation about some periodicals announced in Recife between 1827 and 1849, and journals found in Angola produced in 19th century. The investigation aims to contribute to the study of the literary and cultural consequences of the intense commercial relationships between Pernambuco and Angola in 19th century.

**KEYWORDS:** Recife; Angola; periodicals; cultural history; cities-harbor.



## Introdução

Habitualmente se pensa que Luanda e Benguela eram portos onde se ia comprar escravos e deixar degredados, pouco mais. Essas cidades-porto constituíam, com seus territórios adjacentes, o que se chamava a colónia de Angola. Oficialmente, para o trato diplomático na Europa, a colónia seria mais extensa, incluindo zonas de influência, por vezes fraca, sobre as quais não havia domínio, controlo ou soberania, mas apenas o que chamaríamos hoje, *mutatis mutandis*, acordos de cooperação. Na época das chuvas, por exemplo, o perímetro seguro em torno de Luanda era ridiculamente pequeno, indo (na direção norte) pouco além de Kifangondo – hoje, na prática, um subúrbio de Luanda. Por sua vez, a cidade de Benguela, na mesma estação das chuvas, ficava isolada a sul e a norte, quando não alagada mesmo por dentro, graças aos dois rios secos que a cercam e àquele que a atravessava. Pouco acima, nos morros que só esverdeavam nos dias em que chovia, o controlo português era já discutível. Isso não significa ausência de intercâmbios culturais e de missionação, nem sequer ausência de expedições de comerciantes, com seus homens armados, ou instalação de pequenos grupos militares e de comerciantes no “sertão” próximo. Significa só que, em termos de soberania efetiva e continuada, pouco se ia além das ditas cidades-porto, ou de algumas cidadezinhas como a da Catumbela ou a de Benguela-velha, igualmente reunidas em torno de uma ponte-cais. Daí se ficar com a imagem de uma comunidade local iletrada e bruta, encalhada em umas línguas de areia a fazer dinheiro rápido.

Estudando a formação da literatura e de um sistema literário em Angola, desde os anos de 1990 comecei a suspeitar de que isso não era verdade. Em primeiro lugar porque vinham de lá escritores. É certo que alguns se formavam longe da colónia, geralmente no Rio de Janeiro, Recife, Salvador, ou Lisboa, Coimbra, Évora. Tal facto se devia a raramente haver em Angola estudos além dos primários, funcionando dois seminários, um deles (o de Mbanza Kongo – São Salvador) intermitentemente. Mas a formação inicial era feita lá, nessas pequenas comunidades insulares. E a publicação e a circulação dos seus textos passava por ali também. Quer isso dizer que circulavam livros e se exercitava a leitura naquelas paragens e naquelas famílias, mesmo que (muitas vezes) as mulheres fossem iletradas (a mãe do nosso primeiro poeta a publicar um livro em Angola, senhora da elite local que viveu em Luanda e no Rio de Janeiro, era portadora de iliteracia). E quer isso dizer, ainda, que havia famílias se formando e continuando no local.

A circulação bibliográfica no século XIX passava muito, na Europa e suas colónias, ou em países como o Brasil, pela venda de periódicos. As temáticas e abordagens seguidas nesses periódicos encontravam-se genericamente espalhadas por todo o mundo. Podemos agrupá-las em dois tipos, embora isso não seja decisivo para o escopo deste artigo: veículos de expressão de grupos locais, nativistas ou nacionalistas, antieuropeus (embora integrando, por vezes, os descendentes dos europeus – em geral mestiços), ou reagindo à globalização (mesmo na Europa). Essa postura foi protagonizada, no Brasil e entre outros, por Antônio Borges da Fonseca; deparamos com muitos exemplos ao longo dos mais variados portos da Ásia, como também em certas (poucas, é certo) cidades-porto africanas e muitas americanas. O outro tipo era constituído por periódicos mais europeizados, ou globalizados, que procuravam atualizar as culturas locais em razão das novas descobertas científicas e tecnológicas, como também dos novos avanços estéticos. Como se deve calcular, esse tipo se espalhou nas mais variadas cidades, em particular as que ficavam nas margens dos oceanos, ou de grandes rios navegáveis até ao mar.

Os periódicos incluíam vários indícios importantes para estudarmos a formação de um sistema literário e de uma literatura. Neles aparecem anúncios de livros que nos dão uma noção do que o mercado procurava. Aparecem também comentários a livros e autores, que ilustram com que intuídos e como eram lidos os autores e os livros.

No caso de Angola, tanto os livros quanto os periódicos eram principalmente importados do Brasil e de Portugal, abrindo-se as importações só mais para o fim do século XIX. Por via do Brasil (via mais frequente até cerca de 1850) ou de Portugal (via mais frequente a partir de 1850),

entretanto, se compravam publicações em várias línguas europeias, sobretudo a francesa, a espanhola e a inglesa.

Para saber que títulos seriam lidos em Luanda e Benguela no século XIX, tornava-se necessário conhecer a circulação bibliográfica no Brasil e em Portugal na mesma época. No território angolano as fontes escasseiam e deterioram-se rapidamente, pelo que precisamos de fazer essa tabelinha com Portugal e Brasil. Muitos estudos, aprofundados e sistematizados, exploraram a circulação biográfica nesses dois países. No caso do Brasil, há menos estudos, talvez, relativos à zona de Recife-Olinda e à de Salvador – embora haja listagens completas de periódicos publicados e de escritores locais. Existindo uma Faculdade de Direito a funcionar em Recife-Olinda, cujo início data de 1827 e cujo primeiro bacharel era nascido em Luanda, era de esperar que por ali circulassem jornais veiculando posições políticas e que tais periódicos interessassem aos comerciantes angolenses com relações intensas com o Recife e aos seus filhos. Havia também uma forte relação comercial com a Bahia, mas menos intensa. Por outro lado, sendo a de Salvador uma Faculdade de Medicina, a circulação de títulos ligados às Ciências Humanas não seria tão numerosa, penso. Percebi, então, que, para conhecer os periódicos, mais ou menos literários e políticos, que eventualmente circularam por Angola e que não viessem pelo Rio de Janeiro, precisava de conhecer melhor a circulação de jornais no Recife.

O escopo e os limites deste artigo se prendem com o meu objetivo específico: estudar os periódicos mencionados em função da sua relação com Angola, sem me preocupar com levantamentos sistemáticos, realizados antes por outros pesquisadores e de forma completa.

Falo, principalmente, nestas três cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Recife, Salvador) porque eram os três portos mais envolvidos em negócios com África, em particular Angola, ao mesmo tempo em que abrigavam estudos superiores, frequentados por angolenses. O Recife manteve-se, até vários anos depois de 1850, um porto privilegiado nesses negócios, havendo negociantes angolenses, ou sediados em Angola, com casa de comércio e de residência no Recife. Desses, alguns se transferiram definitivamente para o Recife, outros o abandonaram definitivamente e se fixaram em Luanda ou Benguela.

A Faculdade de Direito formou penso que os primeiros licenciados em Leis no Brasil. O primeiro a formar-se ali se tornaria famoso, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara (não confundir com Eusébio de Queirós Coutinho da Silva, seu pai, também nascido em Luanda e formado na Universidade de Coimbra). Demonstrando a forte ligação das famílias angolenses ao Brasil, o próprio jurista e político nascera em Luanda, onde a família de sua mãe (e parte da de seu pai, também Juiz) se regista desde a segunda metade do século XVII. Também seu primo – afastado no parentesco (a mãe é que era prima de Eusébio de Queirós), mas próximo na vida familiar – José da Silva Maia Ferreira (não confundir com o pai, homónimo, comerciante, proprietário e negreiro em Angola e no Brasil) havia de ser o primeiro poeta a publicar um livro de poemas em Angola, tendo-se formado (como homem) em Luanda, Rio de Janeiro e Lisboa, sem no entanto realizar estudos superiores (impedido pela morte súbita do pai).

A família de Maia Ferreira e a de Queirós Coutinho, que se misturaram, tiveram vários ramos atuando no Recife e no Rio de Janeiro, morando, vivendo, reproduzindo-se e morrendo nessas cidades – tal como o poeta Maia Ferreira e o político Eusébio de Queirós. O próprio pai do poeta manteve durante várias décadas negócios e sócios no Recife. Um famoso jornalista pernambucano, Antonino José de Miranda Falcão, era conhecido do pai do poeta e se tornou amigo deste nos EUA.

Antonino Falcão, maçom, liberal e republicano, foi o fundador do *Diário de Pernambuco*, o mais antigo dos jornais que mantiveram circulação até hoje no Brasil. O periódico tinha muitos índices relativos a livros, para além das referências e alusões em artigos de opinião, ou nos folhetins. Havia muitos anúncios de livros – animado o mercado bibliográfico pelos “estudos” de Direito e pelos estudantes apaixonados por política e poesia. Também se publicava o registo dos portos (como aconteceria no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro), não só registando passageiros

como, num certo período, as cargas. Entre essas cargas mencionavam-se “livros” ou jornais e, por vezes, com lista de títulos.

Além disso, o Recife da época era um viveiro de ideias e discussões políticas e literárias, incluindo grupos republicanos e liberais muito ativos, alguns tendo chegado a defender a separação do império e maior articulação com países vizinhos a norte e, mesmo, com os EUA. Por tudo isso, para conhecer que ideias e títulos circulavam por Angola me era necessário consultar as páginas do *Diário de Pernambuco* até 1850, data a partir do qual as relações comerciais com as colônias de Luanda e Benguela foram sendo enfraquecidas, quer por pressão de Portugal, quer – e sobretudo – pela atuação da Inglaterra, cortando na vertical o eixo horizontal Angola-Brasil. A pesquisa nessas páginas, com o objetivo que me propunha, não tinha sido feita por ninguém, de maneira que não podia socorrer-me de outros livros.

Isso tudo me levou a pesquisar, em diversos números do jornal, a circulação bibliográfica em Recife-Olinda na primeira metade do século XIX e a circulação bibliográfica em toda a colônia de Angola até ao fim desse mesmo século. Tendo encontrado muitas referências a títulos de periódicos, decidi juntá-las e acrescentar, para contrapontos futuros, algumas do Rio de Janeiro, mercado já pesquisado por investigações anteriores e o que mantinha mais intensa relação com Luanda e Benguela, mais intensa ainda que o Recife e por óbvias razões.

O texto e o quadro que se anexa visam resumir e divulgar os resultados da pesquisa, dando matéria para combustão futura.

### Considerações sobre periódicos e sua relação com Angola

1. O termo *periódico* foi tomado aqui num sentido lato. O periódico implica, pela periodicidade da publicação, a periodicidade e atualização dos conhecimentos, pensamentos e sentimentos ativados pela e com a escrita. Há livros que se organizam como periódicos. Por exemplo as *Memórias* da Academia das Ciências de Lisboa, registadas aqui, tinham saída periódica, determinada pelas datas de realização das sessões e pelos compromissos editoriais assumidos nas suas reuniões. Elas funcionavam como os anuários, anais, almanaques, reunindo ciclicamente vários textos que se reportavam a diversos trabalhos e temas. Alguns livros também, quando saíram a público, em volume único, estavam organizados, ora como um diário (sem obrigação de escrever todos os dias), ora como *folhetins* e *folhetos* e *folhas* – em geral datados ou datadas. Eram, portanto, marcados por uma periodicidade que lhes determinava uma estrutura própria dos jornais e revistas: textos em princípio breves, articulados numa sequência temporal (ou seja: atirando-nos para o próximo dia ou o próximo texto), de alcance e de linguagem comprometidos com uma leitura quotidiana, corrente, sendo que os textos tinham de ser autônomos o suficiente para se lerem isolados dos outros também.

2. Tendo sido recolhidos muitos destes dados no *Diário de Pernambuco* e no *Jornal do Comércio* e tendo José da Silva Maia Ferreira enviado colaborações para o *Jornal do Comércio* e para o *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, como também pelo que disse nos primeiros parágrafos, é muito provável que qualquer dos três títulos fosse lido em Angola. Não os menciono no quadro porque são mencionados (exceto o último) como fontes.

3. O primeiro título que aparece no quadro é *A Abelha da China*. Foi o primeiro periódico de Macau, não uma colônia ou província portuguesa, mas um território temporariamente cedido pela China para os portugueses comerciarem separados do “império do sol nascente” – um império fechado, como se sabe. João Guedes afirma que foi também o primeiro periódico da Ásia oriental. Era um semanário (saía às quintas-feiras) e foi também folha oficial do governo português no local (numa segunda fase, já “domado”). O seu aparecimento foi possível graças à liberalização política trazida pela revolução liberal portuguesa de 1820. Iniciou publicação a 12.9.1822.

3.1. O título sugeria, não só a doçura do mel, mas sobretudo o ferrão do animal. Na sociedade macaense da época e, portanto, envolto com e pelo semanário, estava um rico negociante de ópio,

com cuja filha se casara um magistrado atuante ali e chefe da restrita elite local, Manuel de Arriaga. O comerciante nos liga a Rio Grande, pois era o Barão de São José de Porto Alegre, com fácil acesso, ainda segundo João Guedes, à corte carioca.

3.2. Muitos funcionários coloniais portugueses serviam na Índia (a que estava submetido o governo da cidade de Macau) e no Oriente em geral, indo servir depois em colônias africanas, principalmente Angola, Cabo Verde e Moçambique. De passagem, vinham ao Rio de Janeiro apresentar-se e receber ordens do Rei. Por isso também, não é de estranhar que por Angola circulasse *A Abelha da China*.

3.3. A ligação de Macau ao Brasil fortaleceu-se após a ida da Corte para o Rio de Janeiro, sendo que muitos militares (em geral liberais, maçônicos, eventualmente alguns republicanos) ali estacionados eram oriundos do Brasil. Um desses militares, o “tenente-coronel Paulino Barbosa”, fez frente a essa reduzida elite e aos absolutistas residentes; como diz Guedes, “encabeçou o ataque às instituições, conquistando o Leal Senado através de votação esmagadora do povo (exclusivamente português, entenda-se), reunido no largo fronteiro”. Foi no âmbito dessa movimentação popular que surgiu *A Abelha da China*. A reação miguelista e absolutista não demorou e, com ela, o periódico veio a fechar, usando-se a tipografia, mais tarde, para imprimir a “*Gazeta de Macau*”, periódico oficial.

3.4. Uma fotografia parcial da página de abertura do n. 1 pode ser vista a partir desta hiperligação. Tal número se encontrava digitalizado em [http://observatoriodaimprensa.pt/jornais/main.php?g2\\_itemId=8881](http://observatoriodaimprensa.pt/jornais/main.php?g2_itemId=8881) (cons. 05-05-2009), mas a hiperligação deixou de funcionar. A íntegra da primeira página está disponível aqui, ou nesta outra hiperligação (cons. 29.4.2020), que contém mais informações.

3.5. A presença do periódico regista-se nos índices do Arquivo Histórico Nacional de Luanda, cuja mais remota criação remonta a um etnógrafo e escritor angolense, da transição do século XIX para o seguinte, Augusto Tadeu Pereira Bastos (1873-1936). Muitos dos títulos aí constantes eu não pude consultar, pelo que não pude estudar os exemplares e descobrir se tinham ido antes para Angola, ou se foram compra e oferta posteriores.

4. O segundo título, *A facecia liberal e o entusiasmo constitucional: dialogo entre hum solitario e hum entusiasta*, não é propriamente o de um periódico, mas de uma série de panfletos (seis), numerados como se de um jornal se tratasse e publicados em 1822. Por isso, talvez, Luís dos Reis Torgal o tenha integrado no seu estudo sobre A Contra-revolução e a sua Imprensa no Vintismo. Os panfletos eram impressos na “*Typographia Patriotica*”.

4.1. Embora o subscritor (Francisco de Assis Castro e Mendonça), irmão do principal teórico absolutista português (José da Gama e Castro), se declarasse liberal, apostava na queda do governo saído da revolução e, com isso, contribuía para o retorno do absolutismo, liderado pelo príncipe D. Miguel.

4.2. Encontrei referência ao título num anúncio do *Diário de Pernambuco*, mas circulou muito na época. Havendo em Angola um grupo de negociantes que apoiou a reação anti-liberal (não me parece que por convicção, mas meramente por interesses comerciais), é muito provável que os panfletos tivessem também sido lidos em Luanda e Benguela. Tanto mais que dois dos maiores comerciantes aliados ao governador-geral miguelista – José da Silva Maia Ferreira (pai) e Joaquim da Silva Regadas – mantiveram negócios no Recife, sendo que o último foi para lá morar e aí morreu, deixando descendência.

5. Apesar do estranho título e de mal conhecido hoje, *A Quotidiana Fidedigna* teve alguma duração e prestígio no seu tempo. Publicava-se nesse ano de 1834 (a 7.4.1834, por exemplo, ia no n. 132). Terá iniciado publicação em novembro de 1833 e terminado em 1836. Saía diariamente e imprimia-se na tipografia Fidedigna, de J. N. de Mello.

5.1. O subtítulo era esclarecedor: “periódico Político, Moral, Literário e Noticioso”. Foi, de facto, marcadamente político. Tinha uma epígrafe que se iniciava assim: “Toda a administração misteriosa sempre foi, e será, ignorante, desastrosa”. Continha, no entanto, artigos com temáticas diversas.

5.2. No contexto da “guerra dos Cabanos”, *A Quotidiana* estaria moderadamente alinhada com os interesses dos “Caramurus”.

5.3. Os assinantes podiam publicar anúncios, era um bônus para subscritores. Um dos anunciantes dava pelo nome de António de Queiroz Monteiro Regadas e pertencia à rede de relações familiares e comerciais da família de José da Silva Maia Ferreira, incluindo o seu pai. Publicavam-se também anúncios de vendas de livros, embora sem a frequência e o significado que tiveram tais anúncios no *Diário de Pernambuco*. Por estes motivos incluí no quadro a menção ao jornal.

5.4. M. do Sacramento Lopes Gama (v. abaixo) imprimiu um dos seus livros na mesma tipografia do periódico, a Fidedigna.

6. A quarta referência (sigo a ordem alfabética do próprio quadro) é a um jornal que praticamente inaugurou a imprensa privada em Benguela, na época a segunda cidade da colónia (menciona-se um título, *O Progresso*, que teria sido publicado em 1870, mas não vi nenhuma referência a ele nas fontes estudadas; vi, sim, referência à tipografia Progresso, na qual este jornal parcialmente se imprimiu vinte anos mais tarde). Trata-se de *A Semana: folha semanal*, (o que li, no n. 2, foi *folha hebdomadária*; o n. inaugural tem só o título *A Semana*), dirigido e praticamente redigido por Pedro Félix Machado (Luanda, c. 1860 – Luanda, ?<sup>1</sup>). O redator foi o único poeta parnasiano angolense, irmão mais velho do ilustrador Julião Machado (1863-1930), que viria a revolucionar o *design* da imprensa brasileira em títulos que protagonizou com Olavo Bilac (*A Cigarra e A Bruxa*).

6.1. Iniciou a sua publicação a 20.11.1892 e durou até 24.7.1893, sendo impresso inicialmente na tipografia Progresso e, depois, na de *A Semana*.

6.2. Incluía notícias, crónicas bem humoradas, anúncios (o primeiro número, por opção, só tinha anúncios), contos-folhetins do autor, um deles fantástico na linha dos de Edgar Allan Poe, que Pedro Machado lera. As suas crónicas eram, por vezes, entrelaçadas com desenhos tal como praticavam Rafael Bordalo Pinheiro e seu discípulo, Julião Machado, em Lisboa (o último também no Rio de Janeiro).

6.3. Houve um título homónimo em Portugal, ligado a nomes importantes do Ultrarromantismo lusitano (ou segunda geração romântica portuguesa), como João de Lemos e M. M. da Silva Bruschy (ensaísta, com um típico estudo sobre o romance publicado nesse periódico). O nosso *A Semana* não tinha qualquer relação com o português.

7. *O Advogado do Povo* (há quem escreva *O Advogado do Povo*) era mais uma publicação dirigida e assegurada por António Borges da Fonseca (1808-1872), defensor da ortografia fonética e fundador de vários periódicos republicanos e maçónicos em Pernambuco, Rio de Janeiro e Paraíba (onde começou), envolvido numa conspiração republicana já em 1829, herdeiro político de Frei Caneca (1779-1825). Outros detalhes exponho uns pontos abaixo, a propósito de outros títulos (terá editado ou redigido 23 jornais em 64 anos).

7.1. Saiu em Pernambuco em 1.8.1848, ano prolífico da atividade jornalística e política do seu diretor e ano, também, de revolução praieira. Teve duração curta, chegando no entanto a Benguela, o que demonstra que o interesse pela política brasileira (e pernambucana) em Angola se manteve, pelo menos, até meio do século XIX.

8. O quinto título não merecerá muitas linhas aqui, pois é muito conhecido e comentado: *Almanaque de Lembranças*. Faço apenas um breve resumo: o *Almanach de Lembranças* inicia a sua comercialização com o número para o ano de 1851, sob a responsabilidade de Alexandre Magno de Castilho (1803-1860).

8.1. Ao primeiro responsável “sucederam, em 1861, na direção do Almanach, seu genro e sobrinho de mesmo nome, e António Xavier Rodrigues Cordeiro [...], jornalista e poeta, editor do Trovador” (Oliveira, 1990 p. 200). É Rodrigues Cordeiro (1819-1896) quem assumirá depois inteiramente a coordenação redatorial, com a morte do companheiro, ocorrida em 1872, data a partir

<sup>1</sup> Alguns anos antes de 1917.

da qual passa o *Almanach de Lembranças* a ver-lhe adjetivado o epíteto de *Luzo-Brasileiro*, tudo precedido pelo adjetivo *Novo* (*Novo Almanach de Lembranças Luzo-Brasileiro*). O título se manterá até 1930, quando o periódico termina.

8.2. A partir de 1896 a publicação passa de mãos uma derradeira vez, assegurada agora a sua responsabilidade pública pelos sobrinhos de Rodrigues Cordeiro.

8.3. Como disseram vários historiadores da literatura portuguesa, tratou-se de um veículo de massificação do Ultrarromantismo, ou do Romantismo de segunda e terceira geração (em Portugal), agregando nomes do Brasil e de todas as colónias portuguesas, mais Macau. Observe-se, por exemplo, que o editor de *O Trovador* (principal veículo de manifestação da segunda geração romântica portuguesa, de que participou Gonçalves Dias) era o mesmo do *Almanaque*. Por outro lado, a sua ligação à família Castilho facilitava as vendas do “livrinho” em todos os portos da lusografia, pois essa família circulava por todo o império português e numa posição confortável, extensível ao Brasil. O próprio António Feliciano de Castilho, o verdadeiro mentor da geração e do periódico, foi muito popular e publicado no Brasil desse tempo.

9. A menção seguinte, *Almanaque sobre Fotografias*, é já do final do século (repare-se na mudança de ortografia, de *Almanach* para *Almanaque*). Não me parece que se trate de um título, antes de uma informação sobre o periódico: tratava-se de um almanaque dedicado à fotografia. Por isso não deparei com nenhum título, até hoje, que tivesse tal nome e fosse publicado por essa época. A menção surge no inventário de órfãos do naturalista José de Anchieta (1832-1899). O naturalista foi membro da Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo se fixado muitos anos antes na vila de Caconda, no centro de Angola (então interior de Benguela). Ele tinha um laboratório fotográfico para retratar as plantas e enviar os retratos para Portugal. É natural que se tratasse de um periódico instrutivo para quem precisava dessa arte.

10. Os *Anais Marítimos e Coloniais* têm uma história mais conhecida e diretamente relacionada com Angola. Iniciados em 1840 (Novembro) e publicados até 1846, são uma fonte preciosa para estudar a presença e atuação dos portugueses em África na primeira metade do século XIX, transcrevendo muitos documentos inacessíveis. Eles foram publicados pela Associação Marítima e Colonial, que reuniu os nomes mais importantes de políticos, investigadores, investidores e altos funcionários ligados às colónias portuguesas. Um deles era o famoso prelado e político maçom, historiador, linguista, chamado Cardeal Saraiva (1766-1845, nascido Francisco Manuel Justiniano Saraiva, tornado Frei Francisco de São Luiz). A partir de 1841 tornou-se editor dos *Anais* e fora um dos fundadores da Associação, criada em 1839 (com selo e timbre particular apenas autorizados a 5.11.1840).

10.1. Foi nesse ano de 1841 que entrou para a Associação o primeiro jornalista angolano, Joaquim António de Carvalho e Menezes, então deputado pela colónia. Por essa via, também, poderão ter chegado a Luanda os quatro volumes (1840-1845) dos *Anais* registados nos catálogos do Arquivo Histórico Nacional de Luanda.

10.2. O historiador, político e alto funcionário Simão José da Luz Soriano (1802-1891) terá enviado para Benguela uma coleção do periódico, podendo ser essa a origem dos volumes encontrados no rico espólio do comerciante Silva Vianna, inventariado em 1855 (Soriano, 1860). Mas havia, de certo, muitos interessados leitores dos *Anais* em Luanda e Benguela.

10.3. O volume III dos *Anais* pode ser lido e baixado aqui.

11. O *Armazém Literário* foi mais um título famoso no seu tempo, desconhecido hoje. Mesmo no seu tempo, foi mais conhecido pelas duas primeiras palavras de seu nome completo: *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*. Começou a publicar-se em Londres em 1808 e foi até 1822.

11.1. Fundado e dirigido pelo maçom Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1774-1823), natural da colónia de Sacramento (hoje Uruguai), que vivia em Londres. Os nomes de família do fundador indicam uma rede que o era também de poder e surgem, ao longo dos séculos XVII-XIX, nas mais variadas colónias portuguesas – com particular incidência no eixo Angola-Brasil.

11.2. Apesar de o diretor expressar várias vezes dúvidas quanto ao projeto brasileiro de independência, o *Correio brasiliense* funcionou como canal para manifestações mais livres por parte dos brasileiros. Ilustrativo literário disso foi o comentário de Hipólito José da Costa ao *Atala*, de Chateaubriand, em 1812, o ano em que os censores portugueses o proibiram (Magalhães, 2016 pp. 108, 110). Outra função importante do *Correio Brasiliense* era a de noticiar e comentar as novidades culturais editadas ou vendidas em Inglaterra, como acontecia com as obras do abade Du Pradt ou de Adam Smith.

11.3. Deve ter circulado por Angola mesmo nos anos em que era publicado em Londres, até porque havia negociantes sediados em Luanda com fortes ligações comerciais aos EUA e à Grã-Bretanha nesse tempo já. Mas depois se juntaram os números em volumes e se venderam assim. Disso dá sinal o anúncio do *Diário de Pernambuco* de 1842. Sendo anunciado por ali, deve ter sido levado para Angola nesses anos também.

**12.** Quanto ao *Arquivo Jurídico*, houve diversas compilações de legislação, distribuídas e impressas periodicamente, que levaram esse título. A maioria delas é localizada em Lisboa e um dos títulos no Rio de Janeiro, já na República. Só vi duas publicações com esse título situadas no Porto. Esta parece-me ser a que saiu durante mais tempo (em 1870, por exemplo, já ia no vol. XVI, n. 157-168). Pelo que pude perceber, os números e volumes iniciais eram depois compilados em volumes maiores. É possível que o mesmo fosse distribuído por todos os tribunais. No que restava do antigo acervo do Tribunal Provincial de Benguela, ainda se encontrei vários volumes.

12.1. Segundo Luís Bigotte Chorão, começou a publicar-se em 1860 com um título esclarecedor, pois se subintitulava “Comercial, Civil, Eclesiástico e Militar”, para além de jurídico (Chorão, 2002 p. 238ss). “Periódico mensal de notícias judiciárias e legislação de maior interesse tanto antiga como moderna”, foi organizado por “tipógrafos e editores e livreiros, embora com a cooperação de juristas”. Pela sua utilidade, circulava certamente num leque maior de leitores, incluindo ainda comerciantes e funcionários públicos. “Veio a caber a J. J. Vieira da Silva a tarefa de publicar os últimos volumes” da revista, “que desapareceu exatamente em 1900”.

12.2. A sua inclusão na lista, apesar do cariz jurídico, prende-se com uma profissão muito ligada à produção literária no século XIX, mesmo em Angola: a de advogado, como a de juiz. Advogados e juizes, além de serem (esporadicamente) escritores, eram intermediários culturais importantes e algumas das suas referências literárias podem ser identificadas em números do *Arquivo Jurídico*.

**13.** No Recife procurava-se, por anúncio, a coleção completa de um “Arquivo Popular”, isto em 1845. Julgo tratar-se do *Arquivo Popular: semanário pitoresco*, publicado em Lisboa (impresso na Tip.<sup>a</sup> A. J. C. da Cruz) entre 1.4.1837 e 30.12.1843. Na Biblioteca Rio-Grandense há um número de 1841; também existia no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

13.1. Segundo Inocêncio (Silva, 1858, pp. I, 166), a publicação foi da responsabilidade de António José Cândido da Cruz (m. 1857; deve ter nascido em 1804), antigo professor de primeiras letras e depois funcionário público de nível superior. Traduziu várias novelas, que Inocêncio considera sem valor e que serviriam só para lhe completar o salário, que não devia ser magro. Publicara antes *O Periódico dos Pobres* (30.9.1826-22.8.1828, retomado em 1833 por alguns anos), uma “folha política” mais tarde reduzida a meramente noticiosa por limitações políticas também.

13.2. O *Arquivo Popular* é que se tornou famoso, valorizado e procurado. Foi reunido em 7 tomos, ainda segundo Inocêncio. Reunia artigos de variados assuntos e áreas de estudo publicados em jornais franceses. O título completo seria *Arquivo Popular. Leituras de Instrução e Recreio. Semanário Pitoresco*.

13.3. Há um título parecido, saído no Porto, mas é de 1871-1874.

**14.** Entre os “Arquivos” aparece referência, também, ao teatro.

14.1. Como o anúncio localiza o periódico em Lisboa, tratar-se-ia do “*Archivo Theatral ou collecção selecta dos mais modernos dramas do theatro francez*” (Lisboa: typ.<sup>a</sup> Carvalhense, 1838-1844). Houve um título homónimo de 1826 (Lisboa), mas não deparei com nenhum exemplar dele até hoje. O que se procurava no Recife (e se guardou na Biblioteca Fluminense (Biblioteca

Fluminense, 1852, p. 131)) obteve uma grande repercussão no teatro oitocentista português, que visava renovar. A julgar pelo seu “tomo setimo” (1844), teria tipografia própria. A procura por ele no Brasil mostra o interesse que suscitou, que por sua vez terá reforçado o seu prestígio em Angola, onde se constituíram (sobretudo na segunda metade do século) várias companhias teatrais, que rivalizavam entre si. No entanto, não era um periódico típico, mas uma coleção de peças francesas traduzidas (em traduções por vezes criativas) e periodicamente postas a circular, com edições numeradas e agrupadas como as de um jornal ou de uma revista.

14.2. Em algum anúncio podia ser referido um periódico homónimo também muito popular, o *Archivo Theatral, ou Collecção das melhores peças antigas e modernas, traduzidas ou originaes*. O periódico iniciou publicação em 1842, no Rio de Janeiro, impresso por J. Villeneuve. Dele havia também exemplar na Biblioteca Fluminense, em 5 volumes, como do *Arquivo Teatral* português. Inocêncio (Silva, 1858, pp. I, 304) diz que se imprimia na tipografia de J. Villeneuve & C<sup>ia</sup>, mas o catálogo da Biblioteca Fluminense indica a tipografia Comercial de Soares & C<sup>ia</sup>. Inocêncio diz ter visto as três primeiras séries, cada uma com doze peças, e mais nove peças da 4.<sup>a</sup> série. Nelas achou serem quase todas traduzidas em Portugal ou de autores portugueses. Entendia que só de duas se podia dizer que fossem mesmo brasileiras. Transcreve os títulos de todas.

15. A “Biblioteca do Povo” deve ser a *Bibliotheca do povo e das escolas* (1881-1913), publicada por David Corazzi (1845-1896) e dirigida por Xavier da Cunha (1840-1920). Tinha no princípio saída bimestral, que chegou depois a ser mensal e se tornou irregular mais para o fim da publicação. Fazia edições populares e baratas de cariz instrutivo acerca dos mais diversos assuntos. O primeiro número, sobre a *História de Portugal*, teve duas edições seguidas, totalizando dezasseis mil exemplares; outro número, sobre *Higiene*, atingiu os vinte mil exemplares.

15.1. Não era, como se pode ver, em rigor um jornal ou revista, mas mais uma coleção que se considera entre os periódicos, tal como o *Arquivo Teatral*. Iam sendo reunidos os números em coleções, hoje sendo apenas conhecidos os primeiros dezasseis volumes.

15.2. A edição mais próxima desta referência é a de 1894 (29 volumes. Lisboa: Companhia Nacional Editora<sup>2</sup>). A sua presença em Benguela se deduz do inventário orfanológico do naturalista, já referido, José de Anchieta.

16. A *Bibliotheca familiar e recreativa oferecida à Mocidade Portuguesa* (Lisboa: Impr. Nevesiana, 1835-1846) inseria-se, antecedendo-a, no mesmo objetivo da *Biblioteca do Povo* (com diversos artigos sobre História, Economia, Geografia, pouco mais desenvolvidos que os do *Almanaque de Lembranças*), não se reduzindo à divulgação científica, mas incluindo a literatura (publicavam, por exemplo, os contos dos irmãos Grimm, muitos poemas e charadas, ilustrações artísticas, biografias e “pensamentos”), não podendo refletir ainda a mudança de mentalidades que só viria a tornar-se decisiva com a chamada “Geração de ‘70”. Reuniu-se em volumes e também assim se espalhou mais tarde. A Porbase, da Biblioteca Nacional de Portugal, indica só dois volumes e o número 12, referido em um dos anúncios, estaria no volume II. O volume quinto foi disponibilizado para ler e transferir aqui.

17. “Causeries Cientifiques” imagino que fosse um anuário de divulgação de “découvertes et inventions, progrès de la science et de l’industrie”. Li no Google a terceira edição, relativa ao ano de 1868, publicada em 1869 (Paris: J. Rothschild). O título centrava-se mais nas invenções tecnológicas do que nas descobertas científicas. Era, de facto, uma coletânea variada, recolhida de vários autores, uma reunião de artigos de divulgação.

17.1. Constava do espólio do naturalista português José de Anchieta, que se mantinha assim atento a todas as inovações que pudessem ajudá-lo no seu trabalho de pesquisa sobre a flora angolana.

18. O *Diário das Cortes da Nação Portuguesa* era vendido no Recife, como se vê pelo quadro,

<sup>2</sup> Editora que deu continuidade à de Corazzi a partir de cerca de 1890. A editora de Corazzi chamava-se “Empresa Horas Românticas”.

em 1842. A publicação variava no título: *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* (1822); *Diário das Cortes da Nação Portuguesa* (1823). Os números eram reunidos em volumes e assim revendidos. O seu interesse literário estava nas informações sobre escritores e na transcrição de declarações e de intervenções que, por vezes, apresentavam notável preocupação estética.

**19.** *Independência Nacional*, “folha semanal” de Lisboa, foi noticiado no *Boletim Oficial* do governo de Angola em 1865, como se vê no quadro. Propriedade de Albino António de Andrade e Almeida, a “folha” foi posta a circular nesse mesmo ano. A temática devia ser cara ao autor, que publicara, em 1861, um *Brado contra a Ibéria: poesia*. Editou um *Almanach da Independência Nacional*, prefaciou uns *Quadros da Independência Nacional* e publicou, já no fim da vida (1899), com prefácio de Tomás Ribeiro, umas *Poesias Patrióticas e outras Inéditas*. Não se lhe conhece data de nascimento ou morte.

**20.** Constava dos índices do Arquivo Histórico Nacional o *Jornal das Belas Artes*, famoso no seu tempo e lido em Angola também. O Arquivo Histórico Nacional continha os seis números publicados (o n. 1 não tem as folhas iniciais). O facto de Almeida Garrett (“na qualidade de Presidente da Associação de Artistas e Homens de Letras”) aparecer como seu responsável (e ter ali publicado vários artigos, muitos anónimos) ajudou bastante a promover o título desde o começo. Diversos autores então conhecidos colaboraram, como o poeta, político e dramaturgo José da Silva Mendes Leal (1820-1886), Varnhagen (que integrava a comissão promotora do periódico; colabora, por exemplo, no tomo I, p. 43-44), o classicista e docente universitário, de origem italiana, António José Viale (1807-1889), o diplomata e político João de Andrade Corvo (1824-1890, ministro dos Estrangeiros no governo de Fontes Pereira de Melo), António Feliciano de Castilho (que ali anuncia a sua tradução dos *Amores* de Ovídio e publica uma “tradução livre” da elegia 6 do Livro II de *Os Amores*), Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871, professor do Curso Superior de Letras, escritor e jornalista prolífico, historiador e crítico literário, biógrafo de Bocage). O responsável pela Imprensa Nacional (e também poeta), José Frederico Pereira Marêcos, integrava a comissão promotora do *Jornal*, o que explicará que, inicialmente impresso na tipografia de *O Panorama*, passasse a imprimir-se na da própria imprensa nacional portuguesa. Ernesto (Frederico Pereira) Marecos, filho de José Frederico, fundou o primeiro jornal privado angolano a funcionar em Angola e escreveu a primeira narrativa em verso da literatura angolana, baseado em uma lenda lunda. Viveu vários anos em Luanda, reforçando certamente a memória local deste periódico de prestígio.

20.1. Os fundadores da revista foram dois. O primeiro deles era pintor, gravador e escultor, Manuel Maria Bordalo Pinheiro (1815-1880), pai dos famosos irmãos Columbano e Rafael Bordalo Pinheiro. O segundo era José Maria Baptista Coelho, gravador prolífico e inovador (o primeiro, em Portugal, a fazer uma gravura a partir de daguerreótipo). Ambos participaram ativamente no conhecido periódico literário *O Panorama*, fundamental em todo o Romantismo; nesse periódico, as primeiras gravuras portuguesas são de Manuel Maria Bordalo Pinheiro.

20.2. O periódico procurava articular as artes visuais e as literárias e parece ter sido bem sucedido nisso. Durou de Outubro de 1843 até 1846, publicando-se seis números (inicialmente previa-se que saísse um por mês e assim foi no primeiro ano). Para se ter uma noção da expectativa contemporânea ao lançamento, leia-se a *Revista Universal Lisbonense* aqui.

20.3. Entre os membros da “reunião de literatos e artistas”, sob os auspícios da qual o periódico saía, estava Jorge César de Figanière, que protegeu José da Silva Maia Ferreira em Nova Iorque e para quem nosso poeta trabalhou.

**21.** O *Jornal das Comédias* era referido num anúncio de 1842 do *Diário de Pernambuco*, sem qualquer outra informação, pelo que devia tratar-se de periódico bem conhecido. No entanto, não vi nenhuma referência, em linha, a tal título. Talvez esse nome fosse corrente mas não correspondesse ao título exato do jornal.

21.1. Houve, de facto, um *Jornal de Comédias e Variedades*, na década de 1830, impresso na tipografia Viúva Silva & Filhos, em Lisboa. Inocêncio diz que o proprietário foi o “sr. Arsejas”; ter-

se-á imprimido nos anos de 1835-1836. Parece-me que, na prática, foi mais uma recolha periódica de Comédias.

**22.** Quanto ao *Jornal das Famílias*, só encontro referência ao título publicado por Garnier (1863-1878), onde colaborou Machado de Assis e que, pelas datas, não pode ser este.

22.1. Um quase homónimo publicou-se em Lisboa (IN, 1835): *O Recreio, jornal das famílias* (1835-1842). Segundo o *Manual Bibliográfico Português* (1878), prefaciado por Camilo Castelo Branco, o primeiro ano de publicação seria o de 1836, que Inocência explica por ser a data que aparece no frontispício. O tomo II do número 1 é datado de Janeiro de 1836 e no tomo I, em linha, a data está correta (“n. 1. Janeiro. 1835”).

22.2. Segundo Inocência foi o primeiro periódico desse tipo “depois da restauração do governo constitucional em 1833”. Saíram, ao todo, oito tomos; “durante muito tempo”, segundo Inocência também, faziam-se 1.400 exemplares por número. O responsável pela edição seria Emílio Achilles Monteverde. Há números do periódico lisboeta na Biblioteca Rio-Grandense.

22.3. Tratava-se de um anuário de variedades, divulgação cultural e passatempos, contendo muita informação sobre História, países, escritores e artistas. Alguns dos volumes encontram-se para leitura no Google, podendo-se transferir gratuitamente. O último (1842), por exemplo, nesta ligação.

22.4. Segundo o primeiro número, subscrevia-se em Lisboa, Coimbra e Porto.

22.5. A referência a *O Correio, Jornal das Famílias*, no catálogo Laemmert de 1841, pode ser gálha, pois não consegui identificar nenhuma publicação com esse nome.

**23.** Quanto a *Le Moniteur*, anunciado no *Jornal do Comércio* em Junho de 1830, penso tratar-se de *Le Moniteur universel*, que deve ter servido de modelo a muitos jornais lusógrafos do princípio do século XIX. Foi órgão político e noticioso fundamental em Paris e na França, de muito longa duração. Começou a publicar-se em 1789 (ano da Revolução Francesa, da Declaração dos Direitos do Homem e da Inconfidência Mineira). A *gallica disponibiliza* 40.528 números, relativos a 113 anos. Foi fundado pelo bem sucedido livreiro e editor Charles-Joseph Panckoucke (1736-1798), igualmente proprietário do jornal oposto, o monárquico *Le Mercure*. O número referido não me pareceu ter interesse geral a destacar.

**24.** As *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, incluindo as “ditas de literatura” foram sendo publicadas desde o século XVIII (a Academia foi fundada a 24.12.1779), reunindo estudos sobre os mais diversos assuntos. O título não corresponde ao de um periódico, mas sim à coletânea dos trabalhos dos académicos, periodicamente posta a circular.

**25.** O *Museo Scientifico e Letterario* nos coloca muitos problemas. O título quase homónimo, mas mais completo, é de Turim: “*Museo scientifico, letterario ed artistico; ovvero, Scelta raccolta di utili e svariate nozioni in fatto di scienze, lettere ed arti belle*“. Foi publicado por A. Fontana, a partir de 1839, havendo no Google digitalizações até, pelo menos, 1842. Ele foi anunciado na p. 133 da prestigiada *Revista Universal Lisbonense* de 1841 (vol. I, n. 11), numa quinta-feira, 9 de Dezembro, inserido na lista de “Bibliografia Italiana”. Lá se dizia que “estamos publicando o 3.º” volume. O volume existente na biblioteca do Governo Provincial de Luanda (antiga Biblioteca da Câmara Municipal de Luanda) terá sido o seguinte e mais dois. Não consegui perceber em que momento o exemplar chegou àquela biblioteca, importantíssima no final do século XIX e até hoje, que se formou reunindo espólios de três dos maiores bibliófilos residentes – os três de origem portuguesa, dois deles escritores, um deles advogado bacharelado em Coimbra e descendente de italianos e o terceiro professor e responsável superior pelo ensino em Angola, além de membro proeminente da Associação Comercial.

25.1. O *Museu Literário*, publicação de 1833 ligada à reação absolutista, tendo como um dos seus ícones o Padre José Agostinho de Macedo, não me parece provável que estivesse ali, mesmo porque qualquer dos bibliófilos citados era liberal e lá viveu bem depois dessa data.

**26.** O título seguinte nos coloca problemas também, mas talvez mais fáceis de resolver.

26.1. O famoso *Museu pitoresco* do Rio de Janeiro foi criado pelos irmãos Laemmert, mas em

data posterior a 1845, portanto só válido para a referência no catálogo Laemmert, bem como em outros catálogos de livrarias ou gabinetes do Rio de Janeiro. Há várias publicações com esse adjetivo no título mas sem “Museo”.

26.2. Resta-nos a obra intitulada *Museo Pittoresco, ou História natural dos três Reinos da Natureza para uso da mocidade e das pessoas que quiserem adquirir ideias gerais das obras da criação*. Vinha recheada com as tais “50 estampas” referidas em outro anúncio do mesmo número e ano, por “Mm. Hourloup-Duval” e foi traduzida por J. J. Roquette, imprimindo-a a “Vve J. P. Aillaud Monlon” em Paris, em 1837. No catálogo da Viúva Bertrand, de 1838, custava 1.920 réis – mas não era um periódico.

26.3. O título do original francês emenda a referência portuguesa: *Muséum pittoresque, ou Histoire naturelle des gens du monde, 800 sujets variés tirés des trois règnes de la nature, par L. Houbloup. Le texte rédigé par M. Hy Duval* (deste se indica ser pseudônimo de “Cardelli”). Houbloup seria, não só o coletor, mas também o editor (aliás, publicou, em 1825, *Théorie lithographique, ou, Manière facile d'apprendre à imprimer soi-même*). Nesse caso, “trois règnes de la nature” pode referir-se a *Les trois règnes de la nature*, de J. Delille.

27. O título seguinte, muito semelhante, coloca-nos problemas mais difíceis, pois não há francês homônimo. Havia um *Museum Pittorésque*, que circulava em 1834 e durou vários anos. Veja-se, por exemplo, aqui. Há vários títulos da época integrando o adjetivo na mesma posição frásica (*Magasin pittoresque* etc.), mas sem *Musée* ou *Muséum*. Mais provável, talvez, que se referisse a edição francesa da obra comentada no ponto anterior.

28. O *Museu Universal*, “jornal das famílias brasileiras (1838-1844)”, saía em fascículos semanais e teve grande sucesso no Brasil. Segundo Rafael Cardoso, “constitui um exemplo claro e incontrovertível de revista ilustrada a atingir ampla e sustentada circulação no Brasil”. Editado por J. Villeneuve & Cia., proprietários do famoso *Jornal do Comércio*, trasladava muito material oriundo de França e do estrangeiro em geral, com o que os editores, pelas suas ligações familiares e comerciais, mantinham o público “familiar” atualizado, o que deve ter contribuído para o seu prestígio, mesmo no Recife. Iniciara publicação a 7.7.1838. Terá saído o último número a 29.6.1844, segundo Orlando da Costa Ferreira.

29. *O Alcance: periódico político e de instrução* é hoje completamente ignorado, mas existiu. Publicou-se de 31.7.1838 a 30.12.1839, perfazendo 165 números. Tinha tipografia própria, publicava-se em Lisboa e pode-se ler, por aqui, o registo e cota na Biblioteca Nacional de Portugal.

29.1. Aparece numa lista bibliográfica de ofertas ao Gabinete Literário. Sem qualquer outra menção, julgo ser o Gabinete Literário de Pernambuco. Ele resultara de uma Associação constituída em 1839. Instalou-se a 4.10.1840, portanto esta oferta fez parte do espólio inicial.

30. Periódico muito anunciado no *Diário de Pernambuco* foi *O Carapuceiro*, tanto que deixei de anotar todas as ocorrências. Esse ano de 1842, considerado o último da publicação (somente houve números dispersos em 1843, mas há quem afirme que só fechou as portas em Setembro de 1847, ou em 1845), foi talvez aquele em que mais anúncios apareciam referindo o jornal, iniciado em 7.4.1832. Entre 1837 e 1843 saía duas vezes por semana. O responsável pelo título era o beneditino pernambucano Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852), orador consagrado, poeta e figura bem colocada no Rio de Janeiro e na zona de Recife-Olinda. Publicou umas *Lições de eloquência nacional* também muito lidas e apreciadas. Inocêncio, que diz ter lido muitos números de *O Carapuceiro*, resume-lhe o currículo e a bibliografia, como também Lino do Monte Carmelo Luna, na *Memoria historica e biographica do clero pernambucano*. A fusão entre o beneditino (fundador e, praticamente, único redator) e o título foi tal que se chamava a Lopes Gama “o Padre Carapuceiro” e nessa qualidade se deu nome a uma rua do Recife, que atravessa a Boa Viagem desde o canal até à praia e Av. da Boa Viagem.

30.1. O periódico, tanto quanto o seu responsável (um católico liberal), defendia convictamente a monarquia constitucional e denunciava a continuação do tráfico de escravos, bem como vários aspetos e costumes da sociedade brasileira do seu tempo. Dado o empenhamento pedagógico e

político do Padre Carapuceiro, uma sua leitura “na perspectiva da história da educação” foi disponibilizada em rede, sendo o tema abordado por mais estudiosas, por exemplo Adrienne Santana.

30.2. Terá sido o segundo jornal do Recife a publicar uma ilustração no cabeçalho. O tom geral dos artigos era de uma ironia fina mas próxima da sátira. Aspeto muito atual prende-se com a crítica à imprensa frívola e malévola, aos cronistas “periodiqueiros”, que em nada contribuíam para a formação moral do novo país e a regeneração dos costumes em geral.

31. Periódico do Recife, antipraieiro, feito mesmo para se ingerir nos negócios políticos locais e afirmando-se defensor da liberdade, *O Clamor Público* também quase não chegou aos nossos dias, ouvindo-se muito pouco falar dele. Os conteúdos não possuem, realmente, nenhum realce que desperte investigação ou reflexão de ordem geral. A Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco abriga uma coleção do jornal, dos seus dois anos de publicação. O número 40, de 2.9.1845, está digitalizado pela Biblioteca Nacional (brasileira) e disponível em rede.

31.1. Vocacionado para a polémica política, os seus textos são característicos do gênero no século XIX. O primeiro texto é encimado por uma epígrafe de Lamartine, um dos poetas mais populares da época, em parte pelo seu pendor político. Mas não é tirada, a epígrafe, de nenhum poema, sim de um elogio à imprensa contemporânea como destruidora dos tiranos. O escasso interesse literário fica exemplificado, nesse número, por dois sonetos satíricos, o primeiro assinado por “hum novo Camões” e o segundo “pelo trombonio da ribeira”. Foi impresso por Geraldo Correia Lima na tipografia da União. Não tenho notícia da sua leitura por Angola nesse tempo.

32. A 3.4.1837 o *Diário de Pernambuco* transcrevia, na íntegra, um artigo do jornal *O Chronista* em que se criticava a emigração e a colonização, principalmente por questões de emprego (n. 72, p. 2-3). O assunto era muito polémico nesse tempo e em especial no Recife.

32.1. O periódico saiu em 1836 e durou até ao ano seguinte.

32.2. Houve título idêntico, mas em Lisboa, em 1827. O subtítulo desse outro *O Cronista* era *semanário de política, literatura, ciências e artes*. Imprimiu-se “na imprensa do Português”. Os números eram reunidos em volumes e vendidos assim também. O primeiro, de Março a Maio de 1827, pode ser visto aqui.

33. *O Consequente* foi mais um dos jornais políticos do Recife (o subtítulo era mesmo “jornal político”), naquela época de intensas batalhas partidárias (e não só). Começou a publicar-se a 25.3.1837, como indica o primeiro anúncio referido no quadro. O terceiro anúncio referido no quadro é de venda do exemplar e não de procura. O quarto anúncio divulga a saída desse número. Graficamente era uma publicação típica de periódicos de opinião. Tinha quatro páginas a duas colunas e não possuía tipografia própria, recorria à Fidedigna, de J. N. Melo. Incidia muito nos assuntos locais.

33.1. Houve título igual em Janeiro de 1836, de que saíram só quatro números, mas no Rio de Janeiro.

34. Antônio Borges da Fonseca<sup>3</sup>, filho bastardo, de uma índia (segundo alguns escrava), nascido (na Paraíba) numa família de políticos (o pai fora já um rebelde), coronéis e proprietários de terra, tornou-se uma figura muito ativa no jornalismo político brasileiro do século XIX, quer no Recife, quer fora dele. Destaca-se a participação na chamada “revolução praieira”, que em boa parte protagonizou (pela parte mais extrema, abolicionista, xenófoba e republicana – os “praieiros” eram, genericamente, liberais). O seu protagonismo ganha relevo, quer no chamado “combate do Recife” (2.2.1849), em que chefia a coluna que entra pelo centro da cidade, quer e sobretudo na imprensa.

34.1. Considerado revolucionário no seu tempo, agitador arguto e orador habilidoso, prisioneiro político também, *O Correio do Norte* foi dos muitos títulos de sua responsabilidade, publicado no Recife. Segundo Nelson Werneck Sodré, logo entrou em polémica com o jornal conservador *A Ordem*; possivelmente, *O Correio do Norte* foi feito mesmo para tal fim. O redator de *A Ordem* era

<sup>3</sup> Não confundir com Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, autor da *Nobiliarquia Pernambucana*, penso que seu irmão de pai.

José Tomás Nabuco de Araújo, que viria a julgar os praieiros (e, portanto, o próprio Borges da Fonseca) na sequência dos acontecimentos de 1848.

34.2. Ainda segundo a mesma fonte, saíram 14 números do periódico, entre 20.11.1841 e 19.1.1842. O número a que se refere o anúncio é, portanto, um dos últimos e antecipa em vários anos o levantamento militar de Janeiro de 1849. Ele participa da campanha para apelar do governo de Pernambuco o partido conservador.

35. *O Doze de Agosto* a que se faz referência aqui é o da quarta série do título, iniciado em 7.3.1856, segundo Inocêncio Francisco da Silva. A quarta série surgiu no dia 28.12.1863 e é a ela que se refere a notícia do *Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Angola* na data indicada no quadro (p. 37), pois é a partir desse número que surge o subtítulo mencionado lá “*Revista Luso-Brasileira / jornal político, religioso, de notícias e literatura*”. Segundo o articulista, a revista continuaria a tratar de assuntos “que interessassem ao seu país [Portugal], às províncias d’Além-mar, ao estreitamento das relações com o Brasil”, motivo pelo qual se justificava a sua promoção na colônia.

Esta série imprimiu-se na tipografia Franco-Portuguesa e cada número continha 16 páginas. Durou 24 números, terminando a 27.6.1866. O seu diretor foi sempre Albano Afonso de Almeida Coutinho, que emigrou para o Rio de Janeiro em 1836 e dizia ter aprendido aí a amar a liberdade, confessando-se um liberal (embora tenha primeiro, por tradição familiar e “questões dinásticas” militado no exército absolutista de D. Miguel I). A sua vida jornalística iniciou-se em Portugal em 1841.

35.1. Este bissemanário surgiu com o fito de convencer o novo rei, D. Pedro V, a que se cumprissem as promessas aos oficiais miguelistas estipuladas na Convenção de “Évora-monte” (hoje Evoramonte). Mas tal foi, somente, impulso para a primeira série. A quarta série já se prendia com a promoção e consolidação de relações fraternas entre Brasil e Portugal, em liberdade.

35.2. Na sua segunda série (31.1.1857-16.7.1857) fez o diretor sair alguns excertos de uma obra então inédita chamada *O livro da vida: coleção de máximas e aforismos* (parcialmente publicado em 1875).

35.3. O título, depois de extinto, foi prolongado sob novo nome tendo os brasileiros (e estrangeiros aí residentes) como destinatários exclusivos: *O Correio da Europa: jornal político, comercial e noticioso*. Era impresso em Lisboa, na tipografia Portuguesa e publicava-se, curiosamente, nos dias 13 e 28 de cada mês. Iniciou publicação no dia 13.1.1867.

36. *O Espreitor do Mundo Novo* era título português muito popular (e também na Corte). Dividia-se em “folhetos”, textos ao jeito das crônicas de hoje, parecidos com o que, pouco depois, a imprensa lusógrafa chamaria *folhetim*. É certo que o *folhetim* vinha formatado, sobretudo de França, para a narrativa, mas em Portugal e Brasil, pelo menos (como, mais tarde, em Angola), ele podia ser uma crônica, uma recensão crítica, ou teorizante, ou polêmica, sobre um livro ou sobre um autor, uma espécie de panfleto político, enfim dispunha-se a funcionar para os mais variados campos desde que o texto fosse curto e bem humorado, nem sempre excitando no leitor o interesse pelo número seguinte. É por esse motivo que integrei no quadro *O Espreitor do Mundo Novo*, pois organizando-se por “folhetos” apresenta-se como *folhetim* e ganha sugestões de publicação periódica, tal como o *Hospital do Mundo*, que o mesmo autor assinou.

36.1. Não preciso falar muito no livro-coletânea, visto que os interessados podem baixá-lo nesta [hiperligação](#) (eventualmente em outras). Como facilmente se verá, era um título português bem humorado, aparentemente bem intencionado, mesclando composições em verso e prosa, pequenas histórias ou anedotas etc. O seu responsável, Daniel José Rodrigues da Costa (1757-1832), compôs também *O Almocreve de Petas* e o *Comboy de Mentiras* (este organizado como se fosse acumulando “folhas” ou “posts” por dias esparsos), obras igualmente populares no tempo, constando dos anúncios que pesquisei. Prolífico autor, ainda se responsabilizou por muitos outros títulos populares e constantes destes anúncios, como *O Tribunal da Razão* e *O Barco da Carreira dos Tolos*. O autor era poeta, rival de Bocage e protegido de Pina Manique, o repressor absolutista

(para além de político desenvolvimentista, sobretudo no reinado de D.<sup>a</sup> Maria I). O livro (em folhetos) *O Espreitor do Mundo Novo: obra critica, moral e divertida*, saiu a público em 1802 em Lisboa (houve uma segunda edição em 1819, também de Lisboa). Fazia crítica de costumes e, pelo riso, como pelo tom de sensatez, repunha a moralidade conservadora, mesmo reacionária, dos “antigos”. Entretanto, o seu autor não se dispensou de escrever textos favoráveis ao liberalismo, quando percebeu conveniência nisso.

36.2. Mas era inovador em vários aspetos artísticos, tal como o foi em vários outros aspetos o conde Joseph-Marie de Maistre, chefe dos ultramontanos franceses. Não inovava como o seu correligionário, de resto não era tão convictamente absolutista, nem descia nunca aos extremos verrinosos do francês. Por exemplo usava uma linguagem mais criativa e muito mais próxima da coloquialidade, do quotidiano, do que era hábito ao tempo, mesmo em muitas sátiras. Outra face do carimbo inovador da sua oficina reside na composição fragmentária (diarística, periodística, ou folhetinesca) de suas obras, como se fossem escritas para um leitor moderno, com pouco tempo disponível. Há secções que são (mesmo explicitamente) uma espécie de “folha” do dia. Um terceiro aspeto inovador é o do sentido pícaro da vida que por vezes revela. Não se trata já do picaresco anterior, mas de uma espécie de realismo aspirando, absorvendo um “mundo novo” por cenas quotidianas avistadas com um piscar de olhos ao leitor, que as partilha no seu próprio dia a dia. No fim, chama para antigos valores morais, em tom canônico, mas entretanto retrata situações, não só reais, tão vividas e tão naturais que parecem inevitáveis e, sobretudo, contemporâneas. Vale por isso a pena comparar estas obras a *O Diabinho da Mão Furada* (seu vetusto predecessor, mais caricatural) e, por outro lado, a *O Piolho Viajante*, este igualmente publicado em 1802, mais inovador em certos aspetos (entre os quais avulta o motivo do piolho saltitando de cabeça em cabeça pelo mundo fora).

36.3. O autor, não se estabelecendo como literariamente canônico, tem sido ignorado pela história da literatura portuguesa, embora me pareça mais interessante que a maioria dos neoclássicos e pré-românticos, excetuados Bocage, a Marquesa de Alorna e Filinto Elíseo – só no primeiro pulsando a vocação do sátiro, com domínio da linguagem popular e do chiste.

36.4. Como se pode ver no quadro, a presença deste título nos era transversal, aparecendo (para além de Portugal) no Rio de Janeiro, no Recife e em Benguela, no espólio de um comerciante português muito relacionado com o Brasil. Apesar disso, o seu mundo de referência é tipicamente o português e, mesmo quando aí aparece o Brasil (pelas modinhas, por exemplo), é o Brasil de Lisboa, como foi mais tarde português o brasileiro de Camilo Castelo Branco.

37. *O Mundo Legal e Judiciário* se integra no grupo de periódicos centrado na área jurídica, importantes numa terra em que, muitas vezes, advogados e até juizes podiam não ter formação académica suficiente e em que, por desentendimentos e falcaturas constantes, o recurso aos tribunais era frequente. Este periódico iniciou publicação em 1886 (Chorão, 2002, p. 238 ss), mas no arquivo do Tribunal de Benguela só vi exemplares a partir de 1890 e até 1914.

38. Pouca informação se pode obter, em linha, sobre *O Nacional*. Era um trissemanário vespertino, de perfil noticioso, ligado aos liberais portugueses e teve como diretor A. C. Dias. A tipografia responsável era a Imprensa Liberal e o título dava continuidade a *A Águia do Ocidente*, extinto em 1834. Publicou-se desde esse ano (13.11.1834) até 19.1.1843. A sua procura no Recife devia-se, talvez, à vasta comunidade portuguesa aí residente, ela também muito politizada.

38.1. Consulte-se a ficha catalográfica [aqui](#).

39. *O Nazareno* foi talvez o principal dos títulos lançados por Borges da Fonseca. Começou a publicar-se em 1843, sendo impresso em Nazaré (daí o seu nome), no entorno do Recife, depois em Afogados (incluído hoje na zona urbana) e na própria cidade. Saíram 368 números entre esse ano e 1848. Inicialmente era trissemanal e passou a diário a partir do número 50, sendo interrompido ao ritmo das prisões do seu redator. Representava, mais uma vez, a coluna esquerda da revolução praieira pernambucana.

40. *O Panorama* era o “jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora de Conhecimentos

Úteis”, talvez o de maior prestígio no seu tempo, maior ainda que o da Sociedade que o garantia. Alexandre Herculano o criou, na prática, e assegurou a coordenação nos primeiros sete anos. Começou a publicar-se a 6.5.1837, com periodicidade semanal. Os números eram depois agrupados em volumes, constituindo-se dezoito até 1868, ano em que o periódico terminou. Os dezoito volumes distribuíam-se, por sua vez, em cinco séries.

40.1. Como se diz na p. 2 do número inaugural, o projeto era de um “jornal que derramasse uma instrução variada, e que pudesse aproveitar a todas as classes de cidadãos”. Essa instrução, de acordo com a mentalidade da época, seria também literária. Pelo forte pendor lírico da vida cultural portuguesa, o periódico encheu-se de poemas e tornou-se veículo importante para a divulgação e fixação dos cânones do Romantismo português. Apesar disso, fazia também divulgação cultural e científica, publicando igualmente muitas narrativas (incluindo de Alexandre Herculano).

40.2. Vendeu-se muito no Brasil também, não só entre portugueses, em toda a corte literária carioca e nas Províncias ou Estados. Como se vê pelo quadro, foi procurado e vendido no Recife, tendo igualmente chegado a Benguela. No Recife se compravam os volumes 3 e 4; havia uma edição de *O Panorama* em 6 volumes, reunindo os números todos, de 1837 a 1842.

40.3. A Hemeroteca digital portuguesa disponibiliza vários números até ao 52 do vol. 18, de 1868.

41. *O Português*, embora referido em 1842 (mas “até ao 4.º tomo”), deve ser o jornal de Lisboa (sediado na rua Augusta, bem no centro) onde colaborou Almeida Garrett depois do seu primeiro regresso a Lisboa, em 1826, subtítulo *ou Mercúrio Político: Diário Político Literário e Comercial*. Os dois primeiros números eram feitos em uma folha (duas páginas), só no terceiro se passando às duas folhas (quatro páginas), o mais comum nesses tempos. Era impresso a três colunas, com traço contínuo a separá-las e o cabeçalho, na página inicial, era típico desse tempo. Também a distribuição dos assuntos não diferia muito do modelo contemporâneo, cuja estrutura ainda formatará o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro: noticiário oficial e oficioso, nacional e internacional, notícias marítimas e comerciais (incluindo o movimento do porto), noticiário social e noticiário cultural. Publicou-se durante quase um ano, de 30.10.1826 a 17.9.1827. Toda a informação sobre o periódico está resumida na ficha da Hemeroteca Nacional de Lisboa. A mesma instituição disponibiliza (penso que) todos os números e o prospeto inicial.

42. Destinado, sobretudo, a um público feminino, apareceu no Recife, a 29.6.1837, *O Relator de Novelas*, que se anunciava para subscrição no n. 96 (p. 3) do *Diário de Pernambuco*. Era ali designado como “folha”. Tinha a mesma designação ainda na informação (da saída de um novo número) publicada a 27 de junho desse ano.

43. Hesitei bastante em incluir *O Solitário*. Houve um periódico assim titulado, liberal, penso que em São Paulo, mas em 1840. Pode ser o nome de um romance de muito sucesso, “pseudo-histórico” (romance de costumes medievais, escrito pelo visconde d’Arlincourt (Charles-Victor Prévaut).

43.1. Desse houve uma reedição parisiense de 1837, impressa por “Pillet aîn”, outra em 1836, registando-se uma tradução portuguesa (Lisboa: Rollandiana) do mesmo ano (a que se procurava no Recife), repetindo a que julgo ser inicial, de 1823, em dois volumes, com tradução de A. V. de C. e S. Aparecia, por vezes, com o nome de *O Solitário do Monte Selvagem*. Há traduções espanholas disponíveis para leitura e descarga no Google. O romance parece ter sido publicado a primeira vez em 1821, em Paris.

44. Outro título político adstrito à proliferação jornalística de Borges da Fonseca era *O Verdadeiro Regenerador*. Como se vê pelos anúncios, os periódicos onde Borges da Fonseca participava, ou que redigia, tinham geralmente procura suplementar (além da venda quando saíam), o que lhes acrescenta valor. Neste ele apenas colaborou, quando *O Nazareno* estava suspenso. Considerado um “pequeno jornal”, entretanto a sua veia polêmica dava uma dimensão maior ao periódico. Nesse mesmo ano de 1845, Borges da Fonseca foi novamente preso, por um artigo publicado lá, sendo mais tarde absolvido. Muitas vezes D. Pedro foi chamado “o verdadeiro Regenerador do Brasil”, por exemplo na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Talvez o título tenha, portanto, a

sua ponta de ironia. Como não pude consultá-lo em linha, não li o primeiro número, que podia esclarecer isso. Pela temática muito local, o mais provável é que não tenha despertado interesse em Angola, como a maioria dos jornais a que esteve ligado Borges da Fonseca. Durou 35 números, “entre 1844 e 1845”.

45. “Patriota brasileiro” seria *O Patriota Brasileiro*, jornal publicado justamente nesse ano de 1830. Segundo José Murilo Carvalho, não se sabe o nome do redator. Teria sido publicado em Paris pela “Livaria dos Estrangeiros”, informação também constante (quanto a local e data), por António Jacobina Lacombe, na sua *Introdução ao Estudo da História do Brasil*, onde nos diz tratar-se de uma “revista”. O jornal bilíngue *O Moderador*, a 25.5.1830, reconhece o “talento” e “consciência” do redator dessa “pequena folha”, mas aconselha-o a não querer abarcar tudo, pois não teria condições para falar de assuntos tão diversos com a devida competência.

46. A *Recreação Moral e Científica* designava uma recolha, ou “revista das obras mais modernas sobre história, romances e as ciências em geral”. Hesitei em colocá-la aqui, visto não constituir propriamente um periódico. Inseri a referência porque teve significado no seu tempo e, também, porque se encontrava em Benguela, mostrando mais uma vez a nossa articulação com as praças ou mercados brasileiros do livro. Na verdade, era uma compilação, agrupando colaborações várias e saindo com periodicidade, mas não chegou a constituir-se como um jornal ou revista no sentido que hoje aplicamos a estas palavras. No inventário de órgãos onde li a referência, tinha o subtítulo de “ou a biblioteca da juventude”, que geralmente acompanhava essa obra de divulgação. O subtítulo citado no começo deste ponto surge apenas no último volume (o sétimo, penso). Foi sendo publicada entre 1834 e 1839.

47. As duas referências seguintes, encontradas no Arquivo do Tribunal Provincial de Benguela, reportam-se à *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, publicada em Coimbra, das mais longevas dentro da sua área. Garantiam-na vários “lentes da Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra”. Deve ter havido várias séries, ou o título foi sendo recuperado, pois os índices disponíveis na hiperligação acima reportam-se ao 29.º ano em 1896, o que daria 1885 para início.

48. Como o nome indica, a *Revista Popular* destinava-se à divulgação de informações e conteúdos diversos para a generalidade das pessoas, o que se tornou relativamente comum no Romantismo. Iniciou publicação, dos prelos da Imprensa Nacional portuguesa, em 1849, apresentando-se como “Semanário de Literatura e Indústria”. Seu redator chamava-se J. H. Fradesso da Silveira. O sexto volume agrupa números de 1853 (n. 1, que relança o título) a 1855 (n. 46); vem já com o subtítulo aumentado: “Semanário de Literatura, Ciência e Indústria”. Não sei desde quando isso acontecia, mas esse pode ser um dos volumes identificado no espólio de um jovem médico português que faleceu em Benguela no ano de 1856.

48.1. A colaboração poética assumia lugar de vulto, para não variar. Por isso, logo no primeiro ano de publicação (1849, recorde) se fez uma antologia também na Imprensa Nacional de Lisboa: *Coleção de Poesias oferecidas aos assinantes da Revista Popular*. O volume insere-se no começo do Ultrarromantismo, da segunda geração romântica portuguesa, abrigando dois poemas do tutelar (para essa geração) Castilho e três de João de Lemos, perdidos no meio de muitos nomes sem qualquer outro significado, nem ontem nem hoje.

49. O *Universo Pitoresco*, “Jornal de Instrução e Recreio” dirigido por Ignacio de Vilhena Barbosa, seguia já na mesma linha da, posterior em 10 anos, *Revista Popular*. Publicou-se em Lisboa, na Imprensa Nacional, de 1839 a 1844. O diretor colaborou também em *O Panorama* e na *Ilustração Luso-Brasileira*, com particular intensidade nos seus volumes 2 e 3. Como sucedeu com publicações idênticas nesse tempo, era reunido em volumes e vendido novamente assim. Foram dois desses volumes os que chegaram a Benguela, à casa do comerciante José Luís da Silva Viana, natural de Cossourado em Barcelos (Portugal) mas, como já disse e se viu, muito relacionado no Brasil. Os volumes encontravam-se lá quando ele faleceu, poucos dias antes de 16.5.1855.

50. *O Progresso*, dirigido por António Pedro de Figueiredo (1814-1859), foi um dos primeiros jornais definidamente socialistas do Brasil. O projeto nascera a caminho do central e famoso bairro

de Santo Antônio do Recife.

50.1. A 12.7.1846 foi posto a circular o primeiro número dessa “revista social, política, literária e científica” (o que anotei do subtítulo não tinha “política”, tanto quanto a maioria das referências encontradas em rede, mas o jornal era essencialmente político). Terminou em setembro de 1848.

50.2. O seu diretor era um socialista utópico, seguidor de Saint-Simon. Traduziu para português o *Curso de História da Filosofia*, do eclético Victor Cousin (1792-1867), pelo que foi apelidado de “O Cousin fusco” (era mestiço). Gilberto Freyre foi o primeiro a resgatá-lo do esquecimento, em *Sobrados e Mocambos*, mas hoje é pesquisado por vários acadêmicos brasileiros e, mais ainda, a sua revista.

50.3. A sua atualização, no que diz respeito ao pensamento e a práticas políticas, parece derivar do contacto que tinha com estrangeiros e da leitura de livros emprestados por amigos, visto que nunca terá saído dos arredores do Recife. Defendeu as mesmas ideias, também, nas páginas do *Diário de Pernambuco*, por vezes sob o pseudónimo de Abdala-el-Kratif.

50.4. Consultei o periódico na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

**51.** *O Eco da Religião e do Império* foi um periódico “ultramontano”, ou seja, que defendia o antigo regime, absolutista.

51.1. O responsável pelo jornal foi o padre Francisco Ferreira Barreto (1790-1851), que lhe deu origem em 1837 (único ano da publicação, pelo que sei), no centralíssimo bairro de Santo Antônio (onde nascera), no Recife. Naquele tempo se digladiavam diversas sociedades secretas, umas absolutistas ou reacionárias (na medida em que reagiam às novidades políticas procurando fazer o retorno ao sistema anterior), outras liberais, republicanas, socialistas (nem todas defendendo todos esses sistemas ao mesmo tempo, como seria de prever). Francisco Ferreira Barreto, que foi deputado na Assembleia Constituinte (1823), estaria representando o primeiro caso. Não tenho notícia de que o periódico circulasse por Angola, mas não me surpreenderia, pois também entre nós houve grupos e individualidades ligados e ligadas à defesa do *antigo regime*.

51.2. O padre Barreto assegurou mais títulos ainda, como *O Relator Verdadeiro*, que publicou 10 números, entre 18.12.1821 e 25.5.1822. Foi o órgão oficioso da Junta Governativa de direita que se estabeleceu na época, segundo Nelson Werneck Sodré. Redigiu (sozinho e em colaboração) mais três títulos: *O Amigo do Povo* (1829-1830, 1831), *O Cruzeiro* (1829) e *Gazeta Universal* (1836).

51.3. Foi, no seu tempo, “conhecido e laureado poeta” (Costa, 1983, p. 280) – para os amigos, claro. Um interessante soneto seu, tipicamente romântico e ultramontano, está publicado em rede. A lírica detém a maior percentagem da sua produção. Praticou também a crítica literária, chegando a publicar uma leitura de um soneto de Bocage (“Meu ser evaporei na lida insana...”) na qual desenvolve e demonstra os seus dotes retóricos – podendo, por isso, enquadrar-se também na Oratória esse comentário. O mesmo se dirá da sua paráfrase aos Salmos de David e de uma interpretação de uma passagem “da Escritura Sagrada, que vem no ofício da Conceição de Maria Santíssima”.

**52.** *A Bibliografia Crítica de História e Literatura* foi publicada como revista, entre 1873 e 1875, sob direção do filólogo (entre várias outras atividades) Francisco Adolfo Coelho (1847-1919). Adolfo Coelho foi professor da Escola Normal Superior e esteve desde o começo ligado à chamada “Geração de 70” em Portugal (de Antero de Quental a Teófilo Braga). As disciplinas sob sua responsabilidade eram, nos anos de 1916 a 1918, Pedagogia e Metodologia Geral das Ciências do Espírito. Já em 1871 regera a cadeira de Filologia Comparada na Universidade de Coimbra. Mantivera desde cedo uma acentuada preocupação com o ensino e a divulgação cultural exigente (a sua palestra sobre “A questão do ensino” foi o motivo que levou ao encerramento das famosas Conferências do Casino). É dessa preocupação que deriva a criação do título, distribuído sobretudo em formato de livro. Os principais colaboradores foram ele e Teófilo Braga. O periódico revitalizava, atualizava e melhorava o projeto romântico de uma cultura popular informada e alinhada com os avanços científicos europeus.

52.1. A tipografia foi a da Imprensa Literária Comercial, no Porto, local de edição.

**Quadro**

Autor	Título	Edição; exemplar	Data <sup>4</sup>	Local <sup>5</sup>
	<i>A Abelha da China</i>	n. XLV, 24-07-1823, Tip. <sup>a</sup> do Governo, 1823	AHN <sup>6</sup>	<b>Luanda</b>
	<i>A Facécia Liberal e o Entusiasmo Constitucional</i>		17-02-1827	<b>DP</b>
	<i>A Quotidiana Fidedigna</i>	Tomo I, n. 79 Tomo I, n. 187	28-01-1834 19-06-1834	<b>QF<sup>7</sup></b>
	<i>A Semana</i>	n. 2, 27-11-1892 n. 13, ano II, 30-04- 1893	1892 1893	<b>Benguela Benguela</b>
	<i>Advogado do Povo</i>		1855	<b>Benguela</b>
	<i>Almanaque de Lembranças</i>	de 1895 “dois [...] antigos”	1899 1900	<b>Benguela Benguela</b>
	<i>Almanaque sobre Fotografias</i>		1899	<b>Benguela</b>
	<i>Anais Marítimos e Coloniais Anais Marítimos</i>	4 vol., 1840-1845 1840-1844	<b>AHN</b> 1855	<b>Luanda Benguela</b>
	<i>Armazém Literário Correio Braziliense</i>	13 vol. -	03-02-1842 03-02-1842	<b>DP</b>
	<i>Arquivo Jurídico</i>	Porto, 46 vol. (2 ex.) - n. 517-528, Vol. XLI, Porto, 1896	<b>AHN</b>	<b>Luanda Benguela</b>
	<i>Arquivo Popular</i>	Colecção completa	15-01-1845	<b>DP</b>
	<i>Arquivo Teatral</i>	Lisboa Col. Completa - - -	4-02-1842 16-04-1842 09-04-1840 14-06-1842	<b>DP</b>   <b>RJ – BF<sup>8</sup></b>
	<i>Biblioteca do Povo</i>	17 vol.	1899	<b>Benguela</b>
	<i>Biblioteca Familiar e Recreativa</i>	- Lisboa, n. 12 4 vol.	4-02-1845 13-02-1845 1855	<b>DP</b>  <b>Benguela</b>
	<i>Causeries Cientifiques</i>	Anuário	1899	<b>Benguela</b>
	<i>Diários das Cortes Portuguesas</i>		29-01-1842	<b>DP</b>
	<i>Independência Nacional</i>	“folha semanal”; Lisboa	18.2.1865	<b>BOGGPA<sup>9</sup></b>
	<i>Jornal das Belas Artes</i>	Intr. de Almeida Garrett <sup>10</sup>	<b>AHN</b>	<b>Luanda</b>
	<i>Jornal das Comédias</i>		18-05-1842	<b>DP</b>
	<i>Jornal das Famílias</i>	n. 3 - n. 5	19-09-1840 18-05-1842 30-09-1840	<b>DP</b>
	<i>O Correio, Jornal das Famílias</i>	c/estampas. 2 vol. por ano	1841	<b>RJ - Laemmert</b>
	<i>Le moniteur</i>	Paris, 21-4-1830.	14-06-1830	<b>RJ – JC</b>
	<i>Memórias da Academia Real</i>	11 vol., oferecidas ao	7-10-1840	<b>DP</b>

<sup>4</sup> Do documento de referência. Não havendo data a referir indica-se, pelas iniciais, a instituição que alberga a obra.

<sup>5</sup> Onde foi feito ou encontrado o documento em referência.

<sup>6</sup> AHN: Arquivo Histórico Nacional (Luanda).

<sup>7</sup> *A Quotidiana Fidedigna: periódico político, moral, literário e noticioso*. Recife Nov. 1833-1836.

<sup>8</sup> BF = Biblioteca Fluminense.

<sup>9</sup> BOGGPA = *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*.

<sup>10</sup> No primeiro número (vai até ao 6.º).

	<i>das Ciências de Lisboa</i> “ditas de literatura pela mesma Academia”	Gabinete Literário, n. 218, p. 3 8 vol., também oferecidas ao Gabinete Literário	- 07-10-1840	
	<i>Museo Scientifico e Letterario</i>	Vol. 4, 5 e outro	<b>BGPL</b> <sup>11</sup>	<b>Luanda</b>
	<i>Museu Pitoresco</i> <i>Museo Pittoresco</i>	C/50 Estampas (“Por Duval”), Trad. de J. J. Roquete, 1 vol.	18-01-1845  sd	<b>DP</b>  <b>RJ</b> <b>Laemmert</b>
	<i>Museu Pitoresco de França</i>		20-06-1840	<b>DP</b>
	<i>Museu Universal</i>		07-02-1842	<b>DP</b>
	<i>O Alcance</i>	Periódico port., oferta ao Gab. Literário	07-10-1840	<b>DP</b>
	<i>O Carapuceiro</i>	Informa-se que saiu o n. 6 Informa-se que saiu o n. 7 Os anúncios são constantes. A partir de 30-04-1842 deixei de anotar. -	08-05-1837 12-05-1837 25-02-1842 24-03-1842 30-04-1842	<b>DP</b>
	<i>O Clamor Público</i>	Periódico 1845-1846	11-04-1845	<b>DP</b> <b>BPEPe</b>
	<i>O Chronista</i>	Citação de artigo na íntegra	03-04-1837	<b>DP</b>
	<i>O Consequente</i>	n. 1, Sábado, 25-03- 1837 n. 2 n. 4 n. 5	29-03-1837 12-04-1837 02-05-1837 05-05-1837	<b>DP</b>
	<i>O Correio do Norte</i> (periódico)		15-01-1842	<b>DP</b>
	<i>O Doze de Agosto</i>		18-02-1865	<b>BOGGPA</b>
<b>s/menção de autor</b>	<i>O Espreitor do Novo Mundo</i> <sup>13</sup> <i>Espreitor do Mundo Novo</i>		17-02-1830  28-01-1837 02-03-1837 18-04-1837 30-05-1837	<b>RJ - JC</b>  <b>DP</b>
<b>José Daniel Rodrigues da Costa</b> <sup>12</sup>	<i>O Espreitor do Velho e Novo...</i>	usado	1855 1841	<b>Benguela</b> <b>RJ -</b> <b>Laemmert</b>
	<i>O Mundo Legal e Judiciário</i>	Periódico Jurídico, 1890		<b>Benguela</b>
	<i>O Nacional</i>	Lisboa, 2-07-1840, procurava-se	11-09-1840	<b>DP</b>
	<i>O Nazareno</i>		20-02-1845	<b>DP</b>
	<i>O Panorama</i>	Vol. 3 e 4	19-01-1842	<b>DP</b>
	<i>O Português</i>	Até ao 4.º tomo	16-06-1842	<b>DP</b>

<sup>11</sup> BGPL = Biblioteca do Governo Provincial de Luanda (antiga biblioteca da Câmara Municipal de Luanda)

<sup>12</sup> Vários títulos com o seu nome constavam da biblioteca de D.<sup>a</sup> Carlota Joaquina.

<sup>13</sup> No catálogo das obras de D.<sup>a</sup> Carlota Joaquina consta uma edição de 1802 (in 4.º).

	<i>O Relator das Novellas</i>		02-05-1837 27-06-1837	<b>DP</b>
	<i>O Solitário</i>		31-01-1837 27-02-1837 18-04-1837 29-01-1842	<b>DP</b>
	<i>O Verdadeiro Regenerador</i>	n. 14 n. 15 -	21-02-1845 27-02-1845 11-04-1845	<b>DP</b>
	<i>Patriota Brasileiro</i>	n. 1 e 2	22-05-1830	<b>RJ - JC</b>
	<i>Recreação Moral e Científica</i>	7 vol.	1855	<b>Benguela</b>
	<i>Rev. Jurisp. e Legislação</i>	1869 a 1904	ATB	<b>Benguela</b>
	<i>Revista de Legislação e Jurisprudência</i>	Vvnn 9 vol.	ATB 1893	<b>Benguela</b>
	<i>Revista Francesa</i>		07-02-1842	<b>DP</b>
	<i>Revista Popular</i>	2 vol.	1856	<b>Benguela</b>
	<i>Universo Pitoresco</i>	2 anos - - - - 2 anos - 2 vol., 1839-1842	15-01-1842 25-02-1842 12-04-1842 30-05-1842 23-06-1840 1855	<b>DP</b>     <b>Benguela</b>
<b>(António Pedro de Figueiredo)</b>	<i>O Progresso</i> , rev. <sup>a</sup> “social, litteraria e científica”	T. I a III. Recife: 1846-1848.		<b>BPEPe</b>
<b>(Francisco Ferreira Barreto)</b>	<i>O Eco da Religião e do Império</i> <i>O Eco da Religião</i>	“Periódico Literário” -	28-07-1840 26-04-1842	<b>DP</b>
<b>F. Adolfo Coelho</b>	<i>Bibliografia Crítica de História e Lit.<sup>a</sup></i>	Vol. I (1873-1875), Porto, Impr. Lit. <sup>o</sup> -Comercial, 1875	BGPL	Luanda

### Notas ao quadro

A primeira nota é sobre a incompletude do quadro. Muitas das fontes não eram suficientemente legíveis ou indicavam somente o designativo quotidiano do jornal. O leque de leituras era provavelmente mais diversificado e, pelo menos, mais numeroso. A repetição de títulos suscita algumas notas também.

Quando o mesmo título se repete no mesmo número em anúncios diferentes, registo uma só vez. Quando se repete em vários números seguidos, de forma geral também não transcrevi todas as ocorrências, visto que o importante era saber que, naquela ano, o periódico circulava por ali. As referências a vários títulos (em geral os mais comuns) são, portanto, mais numerosas ainda do que este quadro faria supor.

A proliferação de periódicos que nos parecem inconsequentes (tendo em vista a composição de um quadro de leitura da época e do lugar) levou-me a não os referir a todos. Isso tornaria a lista mais extensa e menos significativa.

Seguem-se notas indispensáveis para uma cómoda leitura deste breve quadro:

1. As datas indicadas na coluna respectiva reportam-se ao dia da edição do jornal – no caso de periódicos, em geral o *Diário de Pernambuco*.
2. Os jornais estão indicados pelas iniciais do título, na última coluna. Caso não sejam do Recife, as iniciais do título são antecedidas pelas iniciais do local de publicação (RJ – para Rio de Janeiro) ou pelo nome da cidade por extenso (caso de Luanda).

3. No caso de referências encontradas em bibliotecas do Recife ou do Rio de Janeiro, ou nos arquivos angolanos, as iniciais do nome da Biblioteca são colocadas na coluna da fonte, em vez das iniciais do título dos jornais. Antes delas coloca-se o nome da cidade.
4. Quando aparece apenas o nome da cidade (Benguela), a fonte foi o Arquivo do Tribunal Provincial de Benguela, sobretudo os seus Inventários de Órfãos.
5. Muitas vezes os títulos eram indicados de uma forma tão incompleta, ou tão adulterada, que, somado isso à dificuldade em lhes encontrar hoje referências, não consegui identificá-los. Em poucos casos aproveitei a referência mesmo assim, transcrevendo o título literalmente – se houver letras suficientes para formarmos uma ideia da palavra. Quando a fonte não indica o responsável pelo jornal, coloco entre parêntesis o seu nome.
6. Quando o título e as referências que vêm junto a ele se tornam muito extensos, ou quando há mais informações a registrar que não cabem no quadro, coloca-se no quadro apenas uma parte, ficando o restante em notas de rodapé.
7. De forma geral a grafia é atualizada, quando não, coloco-a entre aspas horizontais.
8. Certos números não puderam ser consultados devido ao seu mau estado, ou por estarem a ser tratados no período em que realizei as consultas no Recife. Estão nesse caso os números do segundo semestre de 1837 do *Diário de Pernambuco*, por exemplo. Daí que não se encontrem referências a vários anos dentro do período considerado.
9. As siglas esclarecem-se em nota de rodapé junto à primeira ocorrência.
10. Quando, na coluna “Edição; exemplar”, aparece a data “1841”, seguida pela palavra “Laemmert” na coluna seguinte, isso quer dizer que a informação foi tirada ao catálogo de livros de Laemmert publicado nesse ano. Caso apareça apenas Laemmert e “sd” na coluna da data, significa ter sido um catálogo desses livreiros e tipógrafos, anterior (a julgar pelos títulos) e sem data.

#### Referências

- BIBLIOGRAPHIA franceza. In: CASTILHO, António Feliciano de; LEAL, José Maria da Silva [relator]. *Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios*, Lisboa, Imprensa Nacional, n. 10, p. 121-122, 02 dez. 1841. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16\\_master/UCBG-RP-2-1-1815-8/UCBG-RP-2-1-1815-8\\_item1/index.html](https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1_16/UCBG-RP-2-1-1812-1_16_master/UCBG-RP-2-1-1815-8/UCBG-RP-2-1-1815-8_item1/index.html). Acesso em: 26 maio 2020.
- BIBLIOTHECA FLUMINENSE. *Catalogo dos livros da Bibliotheca Fluminense*, Rio de Janeiro, Typographia Commercial de Soares & Cia., 1852. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=kMCJVolv88wC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=kMCJVolv88wC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 26 maio 2020.
- CASTILHO, António Feliciano de. Bibliographia castelhana. In: CASTILHO, António Feliciano de; LEAL, José Maria da Silva (relator). *Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios*, Lisboa, Imprensa Nacional, n. 2, p. 24, 07 out. 1841. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1841-1842/1841-1842.htm>. Acesso em? 26 maio 2020.
- CHORÃO, Luís Bigotte. *O periodismo juridico português do século XIX*. Páginas de História da Cultura Nacional Oitocentista. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2002.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. 2 ed. Edição fac-similar [da edição de 1958 do Arquivo Público Estadual]. Prefácio, aditamentos e correções por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Governo de Pernambuco: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco [FUNDARPE], 1983. v. 7 (1795-1817), il. (Coleção pernambucana). Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=8CUkAQAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=8CUkAQAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 26 maio 2020.
- GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO [GPL]. *Catalogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, seguido de um suplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão, Rio de Janeiro, Typographia Americana de I. P. da Costa, 1844. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=RZxkAAAACAAJ&lpg=PA165&ots=HA0veqVYC4&dq=%22Catalogo%20dos%20livros%20do%20Gabinete%20Portuguez%20de%20Leitura%20no%20Rio%20de%20Janeiro%22%20%2B%201844&hl=pt-BR&pg=PA137#v=onepage&q=%22Catalogo%20dos%20livros%20do%20Gabinete%20Portuguez%20de%20Leitura%20no%20Rio%20de%20Janeiro%22%20+%201844&f=false>. Acesso em: 26 maio 2020.
- GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO [GPL]. *Catalogo dos livros do Gabinete Portuguez de*

*Leitura no Rio de Janeiro*, seguido de um suplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão, Rio de Janeiro: Typographia Commercial de F. de O. Regatas, 1858. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=eiE4AQAAMAAJ&dq=inauthor%3A%22Real%20Gabinete%20Portugu%C3%AAs%20de%20Leitura%20\(Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil\)%22&hl=pt-PT&pg=PR1#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=eiE4AQAAMAAJ&dq=inauthor%3A%22Real%20Gabinete%20Portugu%C3%AAs%20de%20Leitura%20(Rio%20de%20Janeiro%2C%20Brasil)%22&hl=pt-PT&pg=PR1#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 01 mar. 2020.

JORNAL DE COIMBRA. Lisboa: Imprensa Régia, 1812-1820. Redação de Mensal. v. 8, n. 37, pt. I [Dedicada a objetos de Sciencias Naturaes], 1815. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16\\_master/UCBG-RP-2-1-1815-8/UCBG-RP-2-1-1815-8\\_item1/index.html](https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1_16/UCBG-RP-2-1-1812-1_16_master/UCBG-RP-2-1-1815-8/UCBG-RP-2-1-1815-8_item1/index.html). Acesso em: 26 maio 2020.

LITERATURA. In: CASTILHO, António Feliciano de; LEAL, José Maria da Silva [relator]. *Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios*, Lisboa, Imprensa Nacional, n. 10, p. 122, 02 dez. 1841. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16\\_master/UCBG-RP-2-1-1815-8/UCBG-RP-2-1-1815-8\\_item1/index.html](https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1_16/UCBG-RP-2-1-1812-1_16_master/UCBG-RP-2-1-1815-8/UCBG-RP-2-1-1815-8_item1/index.html). Acesso em: 26 maio 2020.

MAGALHÃES, Pablo Iglesias. A LITERATURA NAS SOMBRAS. AS EDIÇÕES EM PORTUGUÊS E OS TRADUTORES DA ATALÁ DE CHATEAUBRIAND NA CRISE DO ANTIGO REGIME LUSO- BRASÍLICO (1810-1820). *Literatura e Sociedade*, v. 21, n. 23, p. 104-138, 18 jul. 2017.

MANÇANO, Regiane. *Livros à venda: presença de romances em anúncios de jornais*. 2010. 319 p. Dissertação (mestrado em Teoria e História Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270049>. Acesso em: 26 maio 2020.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. Livreiros, impressores e autores: organização de redes mercantis e circulação de ideias entre a Europa e a América (1799-1831). In: Granja, Lucia; Luca, Tania Regina Regina. (Org.). *Suportes e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2018. v. 1. p. 81-110.

OBRAS recém-publicadas. In: CASTILHO, António Feliciano de; LEAL, José Maria da Silva [relator]. *Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios*, Lisboa, Imprensa Nacional, n. 10, p. 47-48, 21 out. 1841. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16\\_master/UCBG-RP-2-1-1815-8/UCBG-RP-2-1-1815-8\\_item1/index.html](https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1_16/UCBG-RP-2-1-1812-1_16_master/UCBG-RP-2-1-1815-8/UCBG-RP-2-1-1815-8_item1/index.html). Acesso em: 26 maio 2020.

RIBEIRO, José Silvestre. *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1872. v. 2.

RODD, Thomas. *Elegant Literature*. Part IV of a Catalogue of a Collection of Books: Consisting of Language, Poetry, Romances, Novels, Facetae, Prose, Miscellanies, Poligraphy, Philology, Literary History, and Bibliography. Londres: Thomas Rodd, 1845.

RODRIGUES, António Gonçalves. *A novelística estrangeira em versão portuguesa no período pré-romântico*. Separata de: Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, v. 20. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1951. 84 p., il.

ROQUETTE, José Ignacio (tradutor). *Thesouro da mocidade portugueza ou a moral em acção*. Escôlha de factos, memoraveis e anecdotas interessantes, proprias para inspirar o amor á virtude, e para formar o coração e o espirito. Paris: J. P. Aillaud, 1836. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=iBwXrQDzXjwC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=iBwXrQDzXjwC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 2 mar. 2020.

SEGUIN, Maria Susana. Chronologie de la vie de Jean-Jacques Rousseau. In: CHANTELOUBE, Isabelle; SEGUIN, Maria Susana. *Un discours sur les origines de J.-J. Rousseau: Les Confessions, Livres I à VI*. Paris: Presses Universitaires de France, 2012. p. 7-10. DOI: 10.3917/puf.chant.2012.01. Disponível em: <https://www.cairn.info/un-discours-sur-les-origines-de-j-j-rousseau--9782130606918.htm>. Acesso em: 21 dez. 2018.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez: estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. v. 1. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=pqhmAAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=pqhmAAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 1º mar. 2020.

SORIANO, Simão José da. *Revelações da minha vida e memórias de alguns factos, e homens meus contemporâneos*. Lisboa: Typographia Universal, 1860. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=FjE5AQAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=FjE5AQAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 26 mar. 2020.

SOUSA, Moizeis Sobreira de. Dos livros de devoção ao romance: a numerosa e escolhida biblioteca da Princesa do Brasil, D. Maria Francisca Benedita (1746-1829). *História*, Franca, v. 36, e23, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920170000000023>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742017000100405&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742017000100405&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 maio 2020.

Recebido em: 30 maio 2020.

Aprovado em: 28 jul. 2020.